



IAB INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

EXMA. SRA. DRA. RITA DE CÁSSIA SANT'ANNA CORTEZ
D. PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIRO – IAB.

OBJETO: Indicação 008/2020, do consórcio João Carlos Castellar, sobre o Projeto de Lei n.º 5.686/2019, de autoria do Deputado Federal Junio Amaral (PSL-MG), que propõe alterar a Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990, inserindo o § 5.º no art. 2.º, com a finalidade de tornar imprescritíveis os crimes hediondos, o crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, bem como o crime de terrorismo.

COMISSÃO DE DIREITO PENAL



IAB INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

Sra. Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa., a fim de apresentar PARECER solicitado pelo Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Direito Penal do IAB, Dr. Márcio Barandier, a partir da indicação 008/2020, formulada pelo consórcio Joao Carlos Castellar, sobre o Projeto de Lei n.º 5.686/2019, que tramita na Câmara dos Deputados, atualmente perante a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), que encaminho à apreciação dos demais consórcios, segundo os trâmites regimentais.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2020.

CAROLYNE ALBERNARD
Membro do IAB



PARECER

I- A proposta legislativa.

O Projeto de Lei n.º 5.686/2019, apresentado pelo Deputado Federal Junio Amaral (PSL-MG), propõe alterar a Lei de Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90), com a finalidade de tornar imprescritíveis os crimes previstos naquele diploma, os crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, bem como o crime terrorismo. Seguem os termos da referida alteração:

“Art. 2º (...).

§5º Os crimes hediondos, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são imprescritíveis.”

Segundo o PL, existem “*duas posições*” sobre o tema, sendo a primeira de fonte doutrinária, contrária ao objeto da proposição, e a segunda jurisprudencial, calcada em precedente do e. Supremo Tribunal Federal (RE 460.971/RS), o qual autorizaria a criação de novas hipóteses de imprescritibilidade, para além das previstas na Constituição Federal, por meio de legislação ordinária.

No intuito de reforçar a pertinência e a legalidade do projeto, alega-se, na exposição de motivos, que o Estatuto de Roma, em seu art. 29, considera imprescritíveis os crimes submetidos à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, razão pela qual se “*impõe a imprescritibilidade de outros crimes, além daqueles previstos na CF/88, quando julgados pelo TPI*”.

Finalmente, em derradeira argumentação, justifica-se a necessidade de aprovação do PL “*por uma questão de justiça*”, utilizando como exemplo hipotético a prática do crime de racismo e de homicídio, por uma mesma pessoa, na mesma data. Em tal situação, o crime de homicídio poderia ser atingido pela prescrição, ao contrário do crime de racismo, fato que, ao ver do parlamentar, constitui o absurdo do ordenamento jurídico atual.

No âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), o PL foi distribuído à relatoria do i. Deputado Federal Fernando Rodolfo (PL-PE), que, em parecer favorável pendente de deliberação, reiterou haver corrente jurisprudencial



favorável aos termos da proposta, destacou a existência de diversas PECs e PLs sobre o mesmo tema, em andamento no Congresso Nacional – o que denotaria a intenção do Poder Legislativo de alargar as hipóteses de imprescritibilidade – e, por fim, defendeu o suposto “efeito benéfico da prevenção geral que tal inovação legislativa ensejará”.

II- A equivocada interpretação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O RE 460.971/RS, julgado em 2007 pela 1.^a Turma do STF, e invocado como “posição favorável” à alteração legislativa sob análise, como se verá adiante, não se presta para tal fim.

O referido recurso, de relatoria do e. Min. Sepúlveda Pertence, impugnava acórdão segundo o qual a suspensão prevista no art. 366 do CPP (com redação dada pela Lei nº 9.271/96), nas hipóteses de revelia, seria regulada pelo prazo da prescrição da pena em abstrato, a rigor do art. 109, do Código Penal.

No apelo extremo, aduziu-se que o acórdão teria violado os incisos XLII e XLIV, do art. 5.º, da Constituição Federal, uma vez que tais dispositivos não impedem a suspensão do processo por prazo indeterminado, até que o réu compareça aos autos. Porém, segundo o próprio recorrente, esta interpretação acerca do prazo de suspensão não se confunde com hipótese de imprescritibilidade, *in verbis*:

“Sustenta o recorrente, no ponto – com apoio em precedentes do extinto Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo – que os arts. 5.º, XLII e XLIV, da Constituição, não impedem a suspensão até que o réu compareça ao processo, o que, ademais, não se confunde com a imprescritibilidade do crime.”¹

Ao acolher as razões invocadas pelo recurso, a c. Primeira Turma do STF, com base no precedente Ext. 1.042², declarou que a Constituição Federal não proíbe a suspensão *ad*

¹ Trecho do relatório no RE 460.971/RS, grifa-se.

² Tribunal Pleno, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, decisão unânime, julgado em 19.12.2006, publicação em 02.03.2007.



aeternum do processo, condicionada a evento futuro e incerto, que, caso se concretize, implicará na retomada da *persecutio criminis*. Senão vejamos:

“Conforme asseverei naquele julgamento, não há falar que a suspensão não poderia ter prazo indeterminado, sob o fundamento de que a Constituição Federal somente admite a imprescritibilidade quanto aos crimes de racismo (CF, art. 5.º, XLII) e de ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (CF, art. 5.º, XLIV).

Em primeiro lugar, porque a indeterminação do prazo da suspensão não constitui, a rigor, hipótese de imprescritibilidade.

A suspensão, com efeito, não impede a retomada do curso da prescrição, apenas a condiciona a um evento futuro e incerto, situação substancialmente diversa da imprescritibilidade.

Ademais, a Constituição Federal se limita, no art. 5.º, XLII e XLIV, a excluir os crimes que enumera da incidência material das regras de prescrição, sem proibir, em tese, que a legislação ordinária criasse outras hipóteses”.³

Muito embora pessoalmente discorde da conclusão acima, da análise sistêmica e teleológica de seus termos, pode-se afirmar que o trecho “*sem proibir, em tese, que a legislação ordinária criasse outras hipóteses*” obviamente refere-se à possibilidade de criação por lei ordinária de outras hipóteses que limitem a incidência das regras de prescrição – tal qual a suspensão pela revelia –, o que de forma alguma equivale autorizar o legislador infraconstitucional a eleger quaisquer outros crimes como imprescritíveis.

Em outras palavras, a c. Primeira Turma do STF jamais entendeu pela possibilidade de criação de novas hipóteses de imprescritibilidade pela legislação ordinária, mas sim e tão somente pela possibilidade de criação de outros mecanismos que prolonguem o advento da prescrição, como a hipótese de suspensão do processo pela revelia.

Neste ponto, vale destacar que a decisão prolatada no bojo do RE 460.971/RS, isto é, sobre o limite temporal da suspensão do processo em caso de revelia, encerra controvérsia pendente de resolução definitiva na suprema corte, eia que aguarda o julgamento do RE 600.851/DF, afetado ao Plenário, em função de repercussão geral, reconhecida em 14.06.2011.

³ Trecho do voto do Min. Sepúlveda Pertence, acompanhado à unanimidade, no RE 460.971/RS.



Mas não é só. Ainda no âmbito da jurisprudência do e. Supremo Tribunal Federal, destacam-se julgados nos quais afirmam os Ministros, por unanimidade, que as hipóteses de imprescritibilidade estão previstas de forma expressa e taxativa na Constituição Federal, não havendo que se falar na criação de outras por legislação ordinária.

À guisa de exemplo, citamos o julgamento do RE 852.475/SP, com a transcrição dos trechos pertinentes do acórdão e principais votos, *in verbis*:

“DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO.

1. A prescrição é instituto que milita em favor da estabilização das relações sociais.

2. Há, no entanto, uma série de exceções explícitas no texto constitucional, como a prática dos crimes de racismo (art. 5º, XLII, CRFB) e da ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, XLIV, CRFB). (...).” (STF. Acórdão RE 852.475/SP. Rel. Min. **Alexandre de Moraes**. Red. para acórdão Min. **Edson Fachin**. Julg.: 08.08.2018. Grifa-se)

“O ordenamento jurídico adota o princípio da prescritibilidade como essencial à segurança jurídica das relações em sociedade, como salientado pelo Ministro DIAS TOFFOLI, em voto no julgamento do RE 669069/MG:

‘Também devo destacar que a prescritibilidade das pretensões consiste em regra universal e foi adotada, no sistema jurídico brasileiro, como corolário dos princípios da segurança jurídica e da paz social, os quais estão entalhados na Carta da República. Daí poder-se concluir que a imprescritibilidade das ações só pode ser uma opção da própria Constituição, como ocorreu na eleição das ações penais relativas à prática de racismo (art. 5º, inciso XLII, CF) ou à ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional ou o Estado democrático (art. 5º, inciso XLIV, CF). (...)

Por isso, o afastamento excepcional de sua aplicação conduz à necessidade de interpretação restritiva do texto constitucional, por se constituir em uma ressalva destoante dos tradicionais princípios jurídicos que não socorrem quem fica inerte (dormientibus non succurrit jus); ainda mais se tratando, como na presente hipótese, de sanção imposta pela prática de ato de improbidade administrativa. (...) A possibilidade de afastamento da tese de imprescritibilidade pela interpretação histórica foi salientada pelo Ministro ROBERTO BARROSO, em voto no julgamento do RE 669.069/MG:



‘a regra geral no Direito brasileiro é a prescritibilidade, salvo as exceções inequívocas, que estão na Constituição, que são: o crime de racismo e as ações de grupos armados contra o Estado democrático e contra a Constituição.’ (Trecho do voto, **Min. Alexandre de Moraes**, RE 852.475. Grifa-se)

“Como é sabido, a prescrição é instituto que milita em favor da estabilização das relações sociais e, assim, a uma dimensão específica do princípio da segurança jurídica, estruturante do Estado de Direito. Bem por isso, a regra geral no ordenamento jurídico é de que as pretensões devem ser exercidas dentro de um marco temporal limitado. Há, no entanto, uma série de exceções explícitas no texto constitucional, como a prática dos crimes de racismo (art. 5º, XLII, CRFB) e da ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, XLIV, CRFB).” (Trecho do voto, **Min. Edson Fachin**, RE 852.475. Grifa-se)

“Tenho para mim que o eminente Ministro Alexandre de Moraes deu a solução adequada à espécie. Em primeiro lugar, Sua Excelência ressaltou que, quando a Constituição quis estabelecer a imprescritibilidade, fê-lo de forma extrema de dúvidas, como nos casos da prática de crime de racismo e de ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (vide art. 5º, XLII e XLIV, da Carta Magna).” (Trecho do voto, **Min. Ricardo Lewandowski**, RE 852.475. Grifa-se)

“Ora, sendo a existência de prazo prescricional a regra e as hipóteses de imprescritibilidade a exceção, estando todas expressas na Constituição Federal, não me parece viável a ampliação do significado da norma contida no §5º do artigo 37 para abarcar nova hipótese de imprescritibilidade não prevista expressamente na norma.” (Trecho do voto, **Min. Gilmar Mendes**, RE 852.475. Grifa-se)

“Então, quando a Constituição pretendeu que algo fosse imprescritível, que é uma exceção ao sistema, ela o fez expressamente. Esse é o primeiro argumento que já me leva indiciariamente a acompanhar o Ministro Alexandre de Moraes.”
(Trecho do voto, **Min. Luiz Fux**, RE 852.475. Grifa-se)



Também do julgamento do RE 669.069/MG, extrai-se semelhante posição de outros dois Ministros da Corte:

“O constituinte foi explícito quanto às situações jurídicas que afastam a prescrição, instituto voltado a preservar bem maior, a segurança jurídica. (...) E tem-se alusão à imprescritibilidade do crime de racismo, também do crime praticado por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.”
(Trecho do voto, **Min. Marco Aurélio**, RE 669.069. Grifa-se)

“Ou seja, a Constituição teria adotado apenas para os casos específicos listados, como já foi aqui ponderado por muitos dos eminentes Pares que me antecederam.” (Trecho do voto, **Min. Carmen Lúcia**. RE 669.069. Grifa-se)

Como se vê, o argumento trazido pelo i. Proponente, no sentido de que a jurisprudência do e. Supremo Tribunal Federal supostamente autorizaria o legislador ordinário a instituir outras hipóteses de imprescritibilidade, diversas daquelas contidas nos incisos XLII e XLIV, do art. 5.º, da CF, definitivamente não procede, seja por consistir em interpretação distorcida do precedente invocado, seja por estar em desacordo com o entendimento consolidado e mais recente da Corte.

III- Da inconstitucionalidade material da proposta.

No ordenamento jurídico brasileiro, as hipóteses de imprescritibilidade na seara penal estão previstas no rol de direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal (art. 5.º), elevando-as à categoria de cláusulas pétreas, logo imutáveis, a teor do art. 60, § 4.º, inciso IV, do mesmo diploma.

Assim, não tendo o legislador constituinte originário afastado a incidência da prescrição de qualquer outra figura delitiva, além do racismo e da ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, é defeso tanto ao poder constituinte reformador, exercido por meio de emendas constitucionais, quanto ao legislador ordinário, fazê-lo posteriormente, ainda que divirjam da escolha consagrada na Carta Política de 1988.



Cabe recordar que há uma razão axiológica para que as cláusulas pétreas sejam constituídas, uma espécie de preceito maior, de base principiante, que conduz o legislador constituinte originário a conferir imutabilidade àquele mandamento. Logo, o que se busca proteger com a referida vedação não é apenas a redação originária, mas o princípio fundante nela consagrado, como explica a melhor doutrina sobre o tema:

“A cláusula pétrea não existe tão só para remediar situação de destruição da Carta, mas tem a missão de inibir a mera tentativa de abolir o seu projeto básico. Pretende -se evitar que a sedução de apelos próprios de certo momento político destrua um projeto duradouro. (...)

*A cláusula pétrea não tem por meta preservar a redação de uma norma constitucional – ostenta, antes, o significado mais profundo de obviar a ruptura com princípios e estruturas essenciais da Constituição. Esses princípios, essas estruturas é que se acham ao abrigo de esvaziamento por ação do poder reformador²³⁷. Nesse sentido, Jorge Miranda lembra que a cláusula pétrea não tem por escopo proteger dispositivos constitucionais, mas os princípios neles modelados²³⁸. (MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 12.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 118. Grifa-se)*

No caso específico do PL sob análise, faz-se necessário mencionar os contornos principiológicos da prescrição, entendida como “a perda do direito de punir, pelo decurso de tempo”⁴ e como “uma penalidade infligida à inércia do titular do direito”⁵. Diversos fundamentos políticos podem ser invocados para justificá-la, a depender da teoria da pena adotada, merecendo destaque, entretanto, dois deles.

O primeiro diz respeito à função exercida pela prescrição na limitação do poder punitivo estatal, enquanto garantia do indivíduo. Desde o advento do iluminismo, parâmetros objetivos de controle passaram a ser impostos aos titulares deste poder, estabelecendo como, quando, onde e em quais circunstâncias seria lícito o seu exercício. Nesse sentido, a prescrição detém a função essencial de garantir a segurança jurídica dos cidadãos, ao estabelecer um prazo máximo durante o qual o Estado poderá exercer o seu poder punitivo.

⁴ NORONHA, E. Magalhães. *Direito penal: volume 1 (introdução e parte geral)*. 21.^a ed. Saraiva: Rio de Janeiro, 1982, p. 411.

⁵ HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*: volume 4. Rio de Janeiro: Forense, 1980, p. 610.



Emerge, portanto, “como um mecanismo normativo de proteção às relações interindividuais e entre os indivíduos e o Estado”⁶. Daí porque, sob este viés,

“não se pode admitir que alguém fique eternamente sob ameaça da ação penal, ou sujeito indefinidamente aos seus efeitos, antes de ser proferida sentença, ou, reconhecida sua culpa (em sentido amplo). Seria o vexame sem fim, a situação interminável de suspeita contra o imputado, acarretando-lhe males e prejuízos, quando, entretanto, a Justiça ainda não se pronunciou em definitivo, acrescentando-se, como já se falou, que o pronunciamento tardio estará, em regra, de corresponder à verdade do fato e ao ideal de justiça.” (NORONHA, E. Magalhães. *Direito penal: volume I (introdução e parte geral)*. 21.^a ed. Saraiva: Rio de Janeiro, 1982, p. 412. Grifa-se)

O segundo fundamento político da prescrição, que também se baseia na limitação do poder punitivo do Estado, é a necessidade de impor uma penalidade pela sua inércia.

Partindo do pressuposto que “é inaceitável a situação de alguém que, tendo cometido um delito, fique sujeito, ad infinitum, ao império da vontade estatal punitiva”⁷, a sanção imposta ao Estado, pelo não exercício deste poder-dever em tempo hábil, atende ao ideal de concretização da Justiça, pois “a prestação jurisdicional tardia, salvo naquelas infrações constitucionalmente consideradas imprescritíveis, não atinge o fim da jurisdição”⁸.

Como explica a doutrina,

“Após anos do cometimento do fato, não é mais a mesma conformação do sujeito que está sendo julgada, pois sua situação física, intelectual, cognitiva, familiar, social, cultural já não são as mesmas. Em tal situação, a sanção criminal já não cumpre mais as suas finalidades integrais e ultrapassa as exigências de necessidade e reprovação. (...) A tardia prestação jurisdicional equivale à prestação jurisdicional deficiente, falha, aquém das expectativas da cidadania. Afirma-se ‘justiça lenta é justiça negada’ (justice delayed is justice denied).” (GIACOMOLLI, Nereu José. *O devido processo penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto São José da Costa Rica*. São Paulo: Atlas, 2014, p. 324. Grifa-se)

⁶ MENDES, Gilmar. Trecho do voto no RE 852.475.

⁷ BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. cit., p. 889.

⁸ Idem.



Já no séc. XVIII, os autores clássicos do direito penal reconheciam a necessidade de aplicação rápida da pena, o que a torna tanto mais justa quanto útil:

“Quanto mais rápida for a aplicação da pena e mais de perto acompanhar o crime, tanto mais justa e útil será. Mais justa, porque evitará ao acusado os cruéis tormentos da dúvida, tormentos supérfluos, cujo horror aumenta para ele na razão da força de imaginação e do sentimento de debilidade.

A rapidez do julgamento é justa também porque, sendo a perda da liberdade uma pena em si, esta somente deve preceder a condenação na exata medida em que a necessidade o exige. (...)

*Eu disse que a prestação da pena é útil; e é certo que, quanto menos tempo transcorrer entre o crime e a pena, tanto mais compenetrados ficarão os espíritos da ideia de que não existe crime sem castigo; tanto mais se acostumarão a julgar o crime como a causa da qual o castigo é o efeito necessário e inelutável.” (BECCARIA, Cesare Bonesana. *Dos delitos e das penas*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2014, p. 57. Grifa-se)*

Neste contexto, a instituição da prescritibilidade como regra, salvo nos casos expressamente previstos no diploma maior, atende ao princípio da razoável duração do processo, previsto no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, na Convenção Americana de Direitos Humanos, bem como na Constituição Federal, cujo parâmetro objetivo de controle consiste na prescrição intercorrente ao processo, seja na modalidade retroativa ou superveniente.

Tem-se certo, portanto, que a criação de novas hipóteses de imprescritibilidade pelo legislador ordinário constitui flagrante ofensa à Constituição Federal, por violar os princípios fundantes do instituto, consagrados implicitamente nos incisos XLII e XLIV, do art. 5.º.

IV- A peculiaridade do crime de racismo e o retórico apelo à teoria da prevenção geral.

No exemplo hipotético referido pelo i. Proponente, ao comparar o regime diferenciado de aplicação da prescrição aos crimes de homicídio e de racismo, o Projeto de Lei passa ao largo do fundamento teleológico por trás da opção do legislador constituinte originário, que é



justamente criar mecanismos jurídicos de promoção da igualdade, objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, à luz do art. 3.º, da CF.

Ainda que se possa questionar a efetividade da pretensão constituinte – promover a igualdade por meio da repressão penal –, não se pode negar sua tentativa de concretizar direitos fundamentais, conferindo maior proteção às vítimas de racismo, em sua grande maioria com raízes em grupo social historicamente escravizado, explorado e marginalizado.

Acerca da razão teleológica por trás de tal previsão constitucional, assim explica a doutrina:

*“Ainda que se possam compreender as reservas com relação à dedução de deveres de proteção do princípio da igualdade, especialmente no que concerne à liberdade de conformação do legislador, a existência de um dever estatal de proteção das pessoas (inclusive vinculado ao princípio da dignidade da pessoa humana) contra atos de discriminação, inclusive na esfera penal, guarda consonância com o direito constitucional positivo brasileiro, que não apenas proíbe discriminações, mas impõe ao legislador a sua punição (de acordo com o art. 5.º, XLI, “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”), inclusive em sede criminal, chegando mesmo ao ponto de afirmar o caráter imprescritível dos delitos de discriminação racial, além de limitar o legislador penal na esfera da fixação da pena, predeterminando que tais delitos sejam sancionados com pena de reclusão (art. 5.º, XLII). (SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. 6.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 625. Grifase)*

Logo, é impositiva a compreensão de que a imprescritibilidade, seja em relação ao crime de racismo, ou incidente sobre a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, existe por uma razão específica, que ultrapassa a esfera individual da vítima, constituindo política de Estado.

Extraí-se daí o mesmo fundamento pelo qual apenas determinados delitos são considerados imprescritíveis pelo Estatuto de Roma, e julgados pelo Tribunal Penal Internacional, como no caso do *genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra* e



crimes de agressão, com relevância supranacional em relação aos demais crimes cotidianamente praticados.

Por fim, em relação ao argumento de que a imprescritibilidade reforçaria a prevenção geral dos delitos, pontua-se que o aumento de penas, a restrição de benefícios penais e de medidas despenalizadoras, bem como o recrudescimento dos regimes de cumprimento de pena jamais reduziram o cometimento de delitos, como demonstram dados oriundos do sistema carcerário brasileiro:

*“No estudo do ILANUD, verificando-se o impacto da Lei de Crimes Hediondos com os dados disponíveis nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, até o ano de 2003, não se observou, ‘na maioria dos crimes, redução nos índices após a edição da lei, o que por si só já indica sua inocuidade. Em regra, os crimes registrados estão acima ou acompanham a linha de projeção construída com dados anteriores à Lei, muito embora um efeito evidente da referida legislação tenha sido o de agravar a superlotação do sistema penitenciário.” (VALOIS, Luís Carlos. *O direito penal da guerra às drogas*. 3.^a ed. Belo Horizonte: D’Plácido, 2019, p. 447. Grifa-se)*

Além disso, pretender reduzir o cometimento de qualquer delito aumentando sua pena e/ou suprimindo garantias fundamentais do cidadão é providência tão inócua quanto ilegítima, contrária aos princípios basilares do Estado Democrático de Direito, conforme aduz a melhor doutrina:

*“Tal doutrina tem o predicado – mas também a limitação – da banalidade. Dizer que a proibição penal tem a função de dissuadir equivale a dizer uma prescrição possui a função de persuadir. (...) O objetivo da prevenção geral dos delitos, exatamente porque se identifica com aquele da eficácia das leis, é, de outra parte, um fim formal e não substancial, intra e não extrajurídico, e portanto inidôneo, como já dissemos, a justificar, sob a ótica externa, o direito penal. (...) Tudo isso nos permite dizer que a finalidade da prevenção geral através da ameaça legal, se é necessária para justificar a pena em relação aos delitos previstos, não é suficiente como critério de limitação das penas dentro de um modelo de direito penal mínimo e garantista.” (FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 2.^a ed. Tradução de Ana Paula Zomer Sica (et. al.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, pp. 258/261. Grifa-se)*



V- Conclusão.

Muito embora tenha o i. Proponente justificado os termos do PL em precedente do e. STF, demonstrou-se que o teor do referido acórdão não só foi descontextualizado, como a há jurisprudência recente e pacífica da corte no sentido de que Constituição elencou de forma taxativa as hipóteses de imprescritibilidade penal.

Afora isso, o PL padece de flagrante inconstitucionalidade material, posto que pretende, por via transversa e constitucionalmente vedada, alterar a vontade constituinte originária, criando outras hipóteses de crimes imprescritíveis.

Viu-se, ainda, que o exemplo hipotético invocado pelo i. Proponente também não justifica sua proposta de alteração legislativa, notadamente porque a opção do legislador constituinte originário de tornar imprescritível o crime de racismo encontra fundamento axiológico não aplicável ao crime de homicídio.

Por derradeiro, a ideia de prevenção geral da pena como fundamento da imprescritibilidade dos crimes tanto se mostra na prática ineficaz como na teoria violadora do Estado Democrático de Direito.

Essas são as razões pelas quais concluo a apreciação do tema que me foi recomendado, sugerindo a **rejeição integral** do Projeto de Lei n.º 5.686/2019.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2020.

CAROLYNE ALBERNARD
Membro do IAB